

COMPANHIA AGRO PASTORIL DO RIO TIRAXIMIM

CNPJ: 04.567.012/0001-53

NIRE: 15300000351

Relatório da diretoria - Srs. acionistas. Em cumprimento às determinações legais e estatutárias submetemos ao exame de V. Sas. as demonstrações financeiras relativas aos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023. Desde já nos colocamos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Cumarú do Norte-PA, 31 de dezembro de 2024

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

ATIVO			2024	2023
	Nota			
CIRCULANTE			63.271	27.677
Disponível	4		486	-
Outros créditos	5		62.785	27.677
NÃO CIRCULANTE			5.993.962	6.478.774
Realizável a longo prazo	6		450.000	555.000
Imobilizado	7		5.543.962	5.923.774
TOTAL DO ATIVO			6.057.233	6.506.451

PASSIVO			2024	2023
	Nota			
CIRCULANTE			33.548	134.627
Empréstimos e Financiamentos	8		-	22.000
Fornecedores	9		-	1.000
Obrigações fiscais e sociais	10		28.708	107.852
Obrigações Trabalhistas	11		4.840	3.775
NÃO CIRCULANTE			385.555	182.819
Empréstimos e Financiamentos	12		342.712	182.819
Obrigações fiscais e sociais	13		42.843	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			5.638.130	6.189.005
Capital social	14		60.839.613	60.839.613
Prejuízos acumulados			(55.201.483)	(54.650.608)
TOTAL DO PASSIVO			6.057.233	6.506.451

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO

	Nota	2024	2023
(-) Despesas administrativas	15	(476.909)	(1.298.119)
Resultado Antes do Resultado Financeiro		(476.909)	(1.298.119)
(-) Receitas Financeiras	16	-	18.533
(-) Despesas Financeiras	16	(70.444)	(57.724)
Resultado Bruto Antes das Outras Receitas		(547.353)	(1.337.310)
(+) Ganhos ou Perdas de Capital	17	-	(389.334)
Resultado Bruto Antes dos Tributos sobre o Lucro		(547.353)	(1.726.644)
Resultado Líquido das Operações Continuadas		(547.353)	(1.726.644)
Resultado líquido do período		(547.353)	(1.726.644)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COMPANHIA AGRO PASTORIL DO RIO TIRAXIMIM

CNPJ: 04.567.012/0001-53

NIRE: 15300000351

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	CAPITAL SOCIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
Em 31/12/2022	60.839.613	(48.126.015)	12.713.598
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		(4.797.949)	(4.797.949)
Saldo Inicial em 31/12/2022 Ajustado	60.839.613	(52.923.964)	7.915.649
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(1.726.644)	(1.726.644)
Em 31/12/2023	60.839.613	(54.650.608)	6.189.005
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		(3.522)	(3.522)
Saldo Inicial em 31/12/2023 Ajustado	60.839.613	(54.654.130)	6.185.483
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(547.353)	(547.353)
Em 31/12/2024	60.839.613	(55.201.483)	5.638.130

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	2024	2023
1. Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
1.1 Resultado Líquido do Exercício	(547.353)	(1.726.644)
Encargos de depreciação e amortização	379.812	394.312
Ajuste de Exercícios Anteriores	(3.522)	(4.797.949)
Perda na Alienação de Imobilizado	-	389.334
Resultado Líquido Ajustado	(171.063)	(5.740.947)
1.2 Fluxo de Caixa Proveniente das Atividades Operacionais		
Aumento dos adiantamentos à fornecedores	-	692.780
Redução dos adiantamentos à fornecedores	-	-
Aumento nos tributos a compensar	(35.108)	(26.120)
Redução no realizável a longo prazo	105.000	5.218.565
Aumento das contas a pagar à fornecedores	-	1.000
Redução das contas a pagar à fornecedores	(1.000)	-
Aumento das obrigações fiscais e sociais	-	33.046
Redução das obrigações fiscais e sociais	(79.143)	-
Aumento das obrigações trabalhistas	1.064	617
Aumento das obrigações fiscais e sociais de longo prazo	42.843	-
Redução das obrigações fiscais e sociais de longo prazo	-	(1.286)
Total das variações de ativos e passivos	33.656	5.918.602
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	(137.407)	177.655
2. Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Recebimento de Alienação de Imobilizado	-	450.000
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	-	450.000
3. Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Recebimentos de empréstimos bancários	-	22.000
Pagamento de empréstimos bancários	(22.000)	-
Recebimento de Empréstimos obtidos de terceiros	1.823.605	873.891
Pagamento de Empréstimos obtidos de terceiros	(1.705.799)	(1.549.794)
Juros sobre empréstimos obtidos de terceiros	42.087	23.554
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	137.893	(630.349)
4. Resumo		
1. Disponibilidades - saldo no início do período	-	2.694
2. Aumento (redução) das disponibilidades (1 + 2 + 3)	486	(2.694)
5. Saldo Final das Disponibilidades	486	(0)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COMPANHIA AGRO PASTORIL DO RIO TIRAXIMIM

CNPJ: 04.567.012/0001-53

NIRE: 15300000351

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

1. Contexto operacional

A sociedade, localizada no Estado do Pará, foi constituída em 1978, tendo como objetivo social a exploração de atividades agropecuárias e agroindustriais, podendo beneficiar e industrializar produtos da terra ou derivados de carne e animais, explorar matadouros e frigoríficos, de dedicar-se ao reflorestamento e ao beneficiamento de madeira, assim como a exploração de produtos dela derivados, inclusive serrarias, bem como a importação e a exportação, podendo também participar de outras sociedades.

Os acionistas estão comprometidos em aportar capital na eventual necessidade de suprimentos de caixa da companhia.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão sendo apresentadas em Reais (R\$) e foram aprovadas pela administração no dia 08 de março de 2024. Foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e foram elaboradas de acordo com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovadas por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e de normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Todos os centavos foram eliminados das demonstrações.

3. Políticas Contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

3.1. Caixa e Equivalentes de Caixa (Disponibilidades) - CPC 03

Os equivalentes a caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A empresa considera equivalente a caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Os demais investimentos com vencimentos superiores a 90 dias, são registrados em investimentos a curto prazo.

3.2. Tributos a Recuperar e Compensar

Referem-se aos tributos passíveis de recuperação ou compensação de acordo com a legislação vigente. Os tributos a recuperar são aqueles que são recuperáveis conforme o princípio da não-cumulatividade. Já os tributos a compensar são aqueles que foram retidos na venda ou na prestação de serviços e podem ser abatidos do valor a receber, assim como os valores de IRPJ e CSLL recolhidos pelo regime da estimativa mensal. Compõem-se substancialmente dos seguintes tributos: IRPJ (Imposto de Renda); CSLL (Contribuição Social); Pis/Pasep; Cofins; ICMS; IPI; Também podem fazer parte deste grupo tributos pagos em duplicidade ou a maior, além dos impostos compensáveis decorrentes de investimentos em aplicações de renda fixa e variável, como, por exemplo, o IRRF.

3.3. Outros Créditos e Despesas Antecipadas

Representam os créditos concedidos aos funcionários, assim como adiantamentos concedidos aos sócios e fornecedores.

Os adiantamentos a fornecedores representam pagamentos efetuados antecipadamente ao recebimento das mercadorias e que representam direitos que findam mediante a entrega da mercadoria. Em caso contrário, tais direitos se convertem em créditos financeiros a serem ressarcidos pelo fornecedor.

As despesas antecipadas são aplicações em recursos cujo benefícios ocorrerão no exercício seguinte. Serão apropriadas de acordo com o regime de competência, à medida que as despesas forem sendo efetivamente incorridas.

3.4. Ativo Biológico - CPC 29

O estoque do rebanho bovino é avaliado ao preço de mercado, e a diferença entre esse valor e o custo é contabilizado no resultado como receita de pauta ou redução de pauta (Receita de valorização do gado).

3.5. Imobilizado - CPC 27

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. É reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

COMPANHIA AGRO PASTORIL DO RIO TIRAXIMIM

CNPJ: 04.567.012/0001-53

NIRE: 15300000351

As taxas de depreciação estimadas para os períodos correntes estão demonstradas na composição do ativo imobilizado na nota explicativa nº 7.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

3.6. Intangível - CPC 04

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela empresa e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as demonstradas na nota explicativa nº 10. Para os intangíveis com vida útil infinita, procede-se apenas com o cálculo das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

3.7. Empréstimos e Financiamentos - CPC 20

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor presente acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Os ativos decorrentes de empréstimos a terceiros e dos créditos de acionista foram atualizados monetariamente pela variação da TJLP mais juros de 6% ao ano.

3.8. Fornecedores - CPC 12

Os fornecedores representam as compras a prazo efetuadas pela empresa. Atendendo ao princípio da relevância contábil, os fornecedores que possuam exigibilidade dentro de até 12 meses foram considerados isentos de despesas de juros.

3.9. Obrigações Fiscais - Regimes de tributação - CPC 32

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é apurado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para as bases que excederem R\$240 mil no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é apurada pela alíquota de 9%. As receitas tributáveis foram reconhecidas pelo regime de competência.

A empresa adota o regime de tributação do Lucro Real Anual e calcula as alíquotas de 15% e 9% sobre a receita bruta mensal ou o balancete de suspensão ou redução, de acordo com o que for mais vantajoso para a empresa. Os valores recolhidos antecipadamente são considerados como antecipação de imposto, e no final do exercício será feita o ajuste anual comparando o imposto efetivamente devido sobre o lucro com o imposto recolhido durante o exercício.

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas à tributação pelo Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS na modalidade não-cumulativa para as receitas auferidas, às alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente, excetuando as receitas financeiras que são tributadas às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente.

Os passivos decorrentes de obrigações fiscais e sociais parceladas foram atualizados com juros da taxa Selic e multas de mora.

3.10. Obrigações sociais e previdenciárias - INSS e FGTS

A empresa contribui com o INSS usando o código FPAS 604, nas alíquotas de 0% (INSS Patronal), 0% (INSS Gilrat x FAP) e 2,7% (Contribuições a terceiros), conforme Art. 109-B da Instrução Normativa RFB nº 971/2009. A alíquota de FGTS recolhida pela empresa é de 8%, vigente no país.

3.11. Obrigações Trabalhistas

A empresa remunera mensalmente seus funcionários e diretores, e provisiona os valores relativos às férias, 13º salário, licença remunerada, e demais encargos, conforme previsto nos códigos legais e trabalhistas vigentes no País.

3.12. Adiantamento de Clientes

Os adiantamentos de clientes representam recebimentos antecipados à venda de mercadorias ou prestação de serviço e que representam uma obrigação de entregar a mercadoria pela empresa. Caso contrário, tais obrigações se convertem em débitos financeiros a serem ressarcidos pela empresa.

3.13. Partes Relacionadas - CPC 05

A empresa reconhece como parte relacionada as suas entidades controladoras e coligadas, ou empresas que possuam significativo poder de voto, assim como as operações envolvendo seus sócios. As operações financeiras com partes relacionadas são feitas conforme contrato de mútuo e atualizadas monetariamente conforme os termos do contrato.

COMPANHIA AGRO PASTORIL DO RIO TIRAXIMIM

CNPJ: 04.567.012/0001-53

NIRE: 15300000351

3.14. Receitas - CPC 47

A receita de vendas da empresa é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

3.15. Receitas e Despesas Financeiras

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre fundos, de adiantamentos concedidos e de recebimento de juros decorrente de vendas à prazo. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos.

4. Disponibilidades

Bancos c/Movimento - Conta 110102

Banco Bradesco - Ag. 5639 - C/C 30522-7

31.12.2024 **31.12.2023**

1 0

1 **0**

Aplicações financeiras - Conta 1100301

Banco Bradesco - Ag. 5639 - C/C 30522-7

485 0

485 **0**

Total das Disponibilidades

486 **0**

5. Outros créditos

Tributos a Recuperar - 110304

Pis a Recuperar

12.512 6.249

Cofins a Recuperar

50.273 21.428

62.785 **27.677**

6. Realizável a Longo Prazo

31.12.2024 **31.12.2023**

Contas a Receber - LP - Conta 120104

LR Imobiliária Ltda.

450.000 450.000

450.000 **450.000**

Crédito com Pessoas Ligadas - Conta 120105

Basebrasil Construções e Empreendimentos Ltda.

105.000

-

105.000

Total do Realizável a Longo Prazo

450.000 **555.000**

7. Imobilizado

Bens Imóveis - Conta 120301

COMPOSIÇÃO DOS SALDOS	TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE	31.12.2024		31.12.2023	
		CUSTO HISTÓRICO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	LÍQUIDO	LÍQUIDO
Terras	0%	453.797	-	453.797	453.797
Glebas	0%	99.230	-	99.230	99.230
Construções Civis	4%	1.988.664	(1.498.072)	490.592	570.138
Fazenda Moju	4%	7.500.000	(3.000.000)	4.500.000	4.800.000
TOTAL		10.041.691	(4.498.072)	5.543.619	5.923.165

Bens Móveis - Conta 120302 a 120306

COMPOSIÇÃO DOS SALDOS	TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE	31.12.2024		31.12.2023	
		CUSTO HISTÓRICO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	LÍQUIDO	LÍQUIDO
Móveis e Utensílios	10%	2.656	(2.313)	343	609
Computadores e Periféricos	25%	1.926	(1.926)	-	-
TOTAL		4.582	(4.239)	343	609

8. Empréstimos e financiamentos

31.12.2024 **31.12.2023**

Empréstimos Nacionais

Bradesco - Saldo Devedor C/C

-

-

22.000

22.000

COMPANHIA AGRO PASTORIL DO RIO TIRAXIMIM

CNPJ: 04.567.012/0001-53

NIRE: 15300000351

		<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>	
9. Fornecedores				
Fornecedores Nacionais - Conta 210201				
Serviços		-	1.000	
		-	1.000	
10. Obrigações Fiscais e Sociais		<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>	
Obrigações fiscais - Conta 210301				
Cofins a Recolher		-	2.148	
IRPJ a Recolher		-	35.737	
CSLL a Recolher		-	21.443	
IRRF a Recolher		-	29	
Multas Isoladas		-	10.533	
CVM - Parcelamento		-	23.585	
Parcelamento Débitos Diversos - RFB		27.995	-	
		27.995	93.475	
Obrigações sociais - Conta 210302				
FGTS a recolher		264	13.734	
INSS a recolher		449	643	
		713	14.377	
Total das obrigações fiscais e sociais:		28.708	107.852	
11. Obrigações Trabalhistas		<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>	
Obrigações com pessoal - Conta 210401				
Salários a pagar		1.659	2.186	
Férias a pagar		2.205	74	
13º Salário a Pagar		760	1.515	
		4.624	3.775	
Férias e 13º a Pagar - Conta 210402				
Férias 1/12 Avos a Pagar		200	-	
INSS S/ Férias 1/12 Avos a Pagar		-	-	
FGTS S/ Férias 1/12 Avos a Pagar		16	-	
		216	-	
Total das obrigações Trabalhistas		4.840	3.775	
12. Empréstimos e financiamentos - LP		<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>	
De Partes Ligadas - Conta 1554				
Delta Mecanização Agrícola Ltda.		342.712	182.819	
		342.712	182.819	
13. Obrigações fiscais e sociais - LP		<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>	
Obrigações Fiscais - Conta 220501				
RFB - Parcelamentos Débitos Diversos		33.994	-	
Parcelamento Lei 13.496/2017 - PERT		8.849	-	
		42.843	-	
14. Capital social				
	2024		2023	
Tipo de Ações	Quantidade	% Total	Quantidade	% Total
Ordinárias	71.043.084	77,68%	71.043.084	77,68%
Total de ações ordinárias	71.043.084	77,68%	71.043.084	77,68%
Preferenciais				
Classe A	12.598.958	13,77%	12.598.958	13,77%
Classe B	2.319.593	2,54%	2.319.593	2,54%
Classe C	5.498.072	6,01%	5.498.072	6,01%
Total de ações preferenciais	20.416.623	22,32%	20.416.623	22,32%
TOTAL	91.459.707	99,99%	91.459.707	99,99%

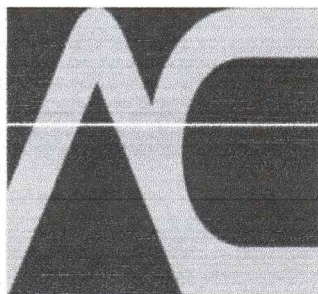
COMPANHIA AGRO PASTORIL DO RIO TIRAXIMIM

CNPJ: 04.567.012/0001-53

NIRE: 15300000351

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
15. Despesas administrativas		
Despesas Gerais Administrativas - Contas 4402		
Despesas com Pessoal	(27.740)	(27.346)
Serviços Terceirizados	(78.547)	(87.507)
Despesas Tributárias	(6.038)	(3.922)
Despesas Gerais	(364.707)	(1.179.344)
	<u>(477.032)</u>	<u>(1.298.119)</u>
16. Resultado Financeiro		
Receitas Financeiras - Conta 330301		
Juros ativos - Oper. De Mútuo - Partes relacionadas	-	18.533
	-	<u>18.533</u>
Despesas Financeiras - Contas 430302 e		
Juros Passivos	(24.291)	(30.691)
Despesas Bancárias	(4.065)	(3.479)
Juros Passivos - Oper. De Mútuo - Partes não relacionadas	(42.088)	(15.747)
Juros Passivos - Oper. De Mútuo - Partes relacionadas	-	(7.807)
	<u>(70.444)</u>	<u>(57.724)</u>
Resultado Financeiro Líquido	<u>(70.444)</u>	<u>(39.191)</u>
17. Outras Receitas		
Ganho e Perdas na Alienação de Ativos - Conta 320101		
Receita de Alienação de Imobilizado	-	500.000
(-) Custo na Alienação de Imobilizado	-	(889.334)
	-	<u>(389.334)</u>

**JARBAS GUIMARAES
JUNIOR**Assinado de forma digital por
JARBAS GUIMARAES JUNIOR
Dados: 2025.03.24 12:14:15
-03'00'**JARBAS GUIMARÃES JUNIOR**
DIRETOR
CPF: 304.780.494-04**FRANCISCO FERREIRA
PAZ:26774674887**Assinado de forma digital por
FRANCISCO FERREIRA
PAZ:26774674887
Dados: 2025.03.24 12:13:44 -03'00'**FRANCISCO FERREIRA PAZ**
CONTADOR - CRC 76.905 - SP - T/PE - "S" PA
CPF: 267.746.748-87



AUDICON
auditoria, consultoria e contabilidade

RELATÓRIO DE AUDITORIA
COMPANHIA AGRO PASTORIL DO RIO TIRAXIMIM
CNPJ: 04.567.012/0001-53

Exercício 2024

Responsável Técnico:
Tadeu Manoel Rodrigues de Araújo
Contador – CRC/PA 002671/O-3
Auditor Independente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores das
Companhia Agro Pastoril Rio do Tiraximim

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis das **Companhia Agro Pastoril do Rio Tiraximim** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das **Companhia Agro Pastoril do Rio Tiraximim** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação às **Companhia Agro Pastoril do Rio Tiraximim** de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Outros Assuntos

Ponto de controle:

- Após análise detida dos procedimentos de Auditoria, foi constatado que a entidade não efetuou o teste de recuperabilidade dos ativos (impairment), conforme determinado pela NBC'S TG 01 a 27. Com isso, recomendamos que a entidade consiga no ano de 2025 executar tal procedimento, para evitar qualquer eventual problema havendo distorção no

devido teste.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos das **Companhia Agro Pastoral do Rio Tiraximim**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belém, 25 de março de 2025.



Tadeu Manoel Rodrigues de Araújo
Auditor Independente CNAI Nº 171
Contador CRC/PA 002671/O-3
IBRACON Nº 3715
CVM 4677